

Ministro recorrerá a empresas

■ Albuquerque diz que governo e iniciativa privada devem se unir na área de saúde

PORTO ALEGRE — “Saúde é bem público, não interessa quem o presta, se o setor público ou privado. Essa divisão é mais ideológica do que prática. O que interessa é que devem ser áreas complementares e não competidoras entre si, e o importante é a responsabilidade do governo para que haja atendimento às necessidades do cidadão.”

Assim, o novo ministro da Saúde, Carlos César de Albuquerque, justificou, antes de embarcar ontem de manhã para Brasília, a sua intenção de ampliar a participação da iniciativa privada no sistema nacional de saúde e no SUS.

Ele também revelou que, embora a CPMF (imposto sobre o cheque) seja imprescindível para o setor, e que é “impossível retirá-la agora, “talvez seja possível criar alternativas” ao longo do próximo ano para a taxa. Mas isso através de “negociações muito firmes e integradas com a área econômica do governo e desde que também se possa, em contra-partida, ter um plano inovador na área da saúde”.

Parcerias — O novo ministro defendeu a formação de parcerias com outros setores do governo federal, estados, municípios e iniciativa privada para resolver os problemas da saúde no país. Um dos primeiros problemas que o ministro terá que solucionar será a negociação com a equipe econômica do governo para o pagamento das dívidas do Ministério da Saúde com hospitais conveniados ao Sistema Único de Saúde (SUS) e do Fundo de Amparo do Trabalhador. Essas dívidas estão estimadas em R\$ 4 bilhões para o próximo ano. “Vamos ter que negociar, rolar e parcelar estas dívidas. Vamos combinar com o presidente e a equipe econômica. Este não será mais um problema exclusivo do ministério e sim do governo. Não podemos mais administrar a saúde do país isoladamente”, disse Albuquerque.

— Os recursos da CPMF, que passam a ser recolhidos em janeiro, segundo o ministro, vão ajudar a reescalonar essa dívida. “Se é que ela existe”, disse Albuquerque sorrindo para o ministro interino, José Carlos Seixas.

Contrapartida — Uma das propostas que Albuquerque vai levar ao presidente Fernando Henrique será exigir dos estados mais ricos contrapartida maior para os investimentos do governo federal na área de saúde. Além disso, ele defende que os gestores do SUS possam utilizar seus recursos de acordo com as necessidades de cada estado, o que chama de “flexibilização” do sistema de saúde. Uma das idéias em estudo é a melhor redistribuição das Autorizações de Internações Hospitalares. “O que serve para Porto Alegre é óbvio que não servirá para Roraima em termos de gestão e estratégias. Os gestores precisam ter mais autonomia.”

Ao desembarcar à tarde em Brasília, ele esperava apresentar ao presidente algumas das suas propostas para o ministério, mas não foi possível por causa da agenda. No Palácio do Planalto, foi recebido pelo ministro-chefe da Casa Civil, Clóvis Carvalho, e pelo assessor especial do presidente Vilmar Farias, para acertar detalhes de sua posse, na quarta-feira. Com o presidente, pretende discutir ainda a criação de uma Secretaria de Política de Saúde para estudar soluções para o setor, que seria uma espécie de colegiado.

“Acho que precisamos de um grupo que ajude a pensar os problemas da saúde para que as áreas executoras tenham folga para executar”, disse. Segundo Albuquerque, limitar os serviços do SUS a pacientes carentes e cobrar dos outros é ilegal.